

# Educação

## Um lugar para todos

EMIR SADER

**U**ma das características de uma sociedade democrática é o livre acesso, de forma igual, à estrutura educacional. No Brasil, às desigualdades — as maiores do mundo — originárias, se somam aquelas de uma estrutura educacional elitista que, ao invés de se contrapor àquelas desigualdades, as multiplica.

No funil da pirâmide educacional, os que ficam para trás não somente são a grande maioria, mas são principalmente os mais pobres, os mais necessitados de formar-se profissionalmente, assim como também de valer-se dos conhecimentos para transformar radicalmente sua situação. As universidades simplesmente refletem relações sociais mercantilizadas, em que a educação não é um direito, mas tornou-se cada vez mais uma mercadoria a ser negociada. Assim, como toda mercadoria, tem mais e melhor quem pode pagar mais.

Como resultado, as universidades públicas são ocupadas pelos que podem cursar escolas privadas seletas, assim como fazer cursos preparatórios, ambos caríssimos. Foi-se o tempo em que crianças e jovens da classe média e dos estratos pobres da população conviviam nas mesmas escolas e, através delas, estabelecia-se uma aliança tácita entre esses setores sociais majoritários, na defesa da qualidade do ensino público. Assim como na saúde pública, sua deterioração desde o período militar — acentuada e não modificada pelos governos neoliberais desta década — deixou educação e saúde públicas como assuntos de pobre, enquanto a classe média faz um esforço brutal para incluir no seu orçamento os gastos com essas "mercadorias".

O projeto de reservar cinqüenta por cento das vagas das universidades públicas para os jovens que tiveram cursado o ensino público vai na direção de uma das mais importantes conquistas democráticas da segunda metade do século: a discriminação positiva. Surgida dos movimentos civis norte-americanos dos anos sessenta, ela pretende promover os setores majoritários postergados, como as mulheres e os negros, reservando para eles cotas de vagas nas escolas e nos postos de trabalho. Depois do fim oficial do *apartheid* na África do Sul, a ANC de Mandela definiu a discriminação positiva para ambos os setores como a prioridade fundamental na construção democrática do país.

Entre nós, a iniciativa de lei pode promover não apenas um acesso popular mais amplo à universidade, como a melhoria da escola pública que, evidentemente, será mais buscada, mais valorizada, coincidindo com uma tendência de retorno de setores da classe média a esse ensino, premiada pela perda de seu nível de renda.

A iniciativa legal já provocou reações conservadoras. Diz-se que a universidade seria lugar de excelência, que ficaria comprometida com esse tipo de promoção. Essa visão privilegia uma das funções da universidade — a da formação de pessoal para atividades de pesquisa de vanguarda e de quadros para as empresas. Subestima-se o papel de difusão dos conhecimentos, de formulação teórica, de formação geral de setores crescentes da sociedade. Como nos acostumamos a que a ela só chegue uma pequena fração, em geral filha das elites, quer-se consolidar essa situação de privilégio inconcebível numa instituição financiada pelos trabalhadores através dos impostos cobrados a seus salários — já que sabemos, pelo secretário da Receita Federal, que os ricos não pagam impostos no Brasil.

A democracia no nosso país é um objetivo a construir, ao contrário dos que acreditam que a forma institucional existente é um porto de chegada, esvaziado na realidade pelo financiamento privado das campanhas eleitorais, pelo uso das verbas governamentais, pela possibilidade de reeleição, pelo monopólio dos meios de comunicação, pela manipulação marqueteira das campanhas eleitorais. Falta-nos construir o direito de cidadania para as maiorias, que ainda não têm acesso a ela. A educação é um desses direitos. Para que tenha esse caráter, para que deixe de ser mercadoria, é preciso, antes de tudo, melhorar substancialmente a qualidade do ensino público e dar espaço para que as camadas populares cheguem ao ensino superior. A iniciativa legal em curso caminha nessas duas direções.